



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 25/XII/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de dezembro de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata n.º 24/XII/1.ªSL;**
- 2. Distribuição da iniciativa europeia COM(2011)877 - Programa de Trabalho da Comissão para 2012 - Concretizar a renovação europeia;**
- 3. O acompanhamento interparlamentar da política externa e de segurança comum (PESC) e da política comum de segurança e defesa (PCSD);**
- 4. Outros assuntos.**

1. Aprovação da ata n.º 24/XII/1.ªSL;

Após declarar aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, colocou à votação a ata n.º 24/XII/1.ª, relativa à reunião havida no dia 13 de dezembro, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se nesse momento a ausência do CDS-PP, do PCP e do BE.

2. Distribuição da iniciativa europeia COM(2011) 877 - Programa de Trabalho da Comissão para 2012 - Concretizar a renovação europeia;

Seguidamente o Senhor Presidente deu conta de ter sido solicitado pela Comissão de Assuntos Europeus parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão para 2012, a enviar até ao dia 20 de janeiro. A iniciativa foi distribuída ao PSD, que indicou o Senhor Deputado Correia de Jesus para elaborar o parecer.

3. O acompanhamento interparlamentar da política externa e de segurança comum (PESC) e da política comum de segurança e defesa (PCSD);

O Senhor Presidente começou por fazer o enquadramento da questão, informando ter agendado este assunto na sequência de uma carta enviada pelo Presidente do Parlamento polaco aos seus homólogos da União Europeia, convidando-os a



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 25/XII/ 1.ª SL

pronunciarem-se sobre a proposta que apresentou ao Parlamento Europeu (PE) relativamente à composição das delegações dos Parlamentos Nacionais (PN) e do PE à entidade interparlamentar a criar para o escrutínio da Política Externa e de Segurança comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) – 4 efectivos e 2 suplentes para os PN e 16 efectivos para o PE –, proposta esta que mereceu o acordo do PE mas que foi feita sem a consulta prévia aos PN.

Recordou que, nos termos do Tratado de Lisboa, aquelas políticas mantêm natureza intergovernamental, pelo que o escrutínio parlamentar das mesmas cabe primordialmente aos PN. Informou ter trazido esta questão à Comissão atendendo a que a Presidência polaca solicitou reacções dos PN até 31 de dezembro do corrente e gostaria de poder transmitir a posição da Comissão à Senhora Presidente da Assembleia. Lembrou ainda que a Assembleia da República já se pronunciou sobre esta questão, através da aprovação de uma Resolução (a Resolução n.º 85/2011, de 11 de Abril), que a proposta polaca agora contradiz frontalmente no aspecto da composição das delegações.

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Miranda Calha (PS) que considerou ser de manter a posição constante da Resolução aprovada no final da Legislatura anterior, que previa equilíbrio na representação de cada PN e do PE, com o mesmo número de membros. Deu também conta de se ter sentido problema semelhante na Assembleia Parlamentar da NATO, acabando todas as delegações por ter peso idêntico. Frisou não haver razão para considerar a proposta polaca, ainda para mais apresentada nos últimos dias da sua presidência, e considerou que a Senhora Presidente da Assembleia da República deve repudiar esta iniciativa e reiterar a posição anterior da Assembleia da República, que foi, aliás, amplamente discutida.

Por outro lado, considerou estar em causa o acompanhamento da política de segurança e defesa, pelo que defendeu ser esta uma competência essencialmente da Comissão de Defesa, pelo que deverá haver uma majoração desta componente na composição da delegação portuguesa.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) afirmou a sua concordância em transmitir à Senhora Presidente que a Comissão entende ser de manter a posição anteriormente assumida, considerando que as delegações deverão idealmente ser



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 25/XII/ 1.ª SL

compostas por seis membros, com a proporção entre as três comissões a definir posteriormente.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) disse concordar com a reiteração da posição anteriormente assumida pela AR e afirmou concordar também com o Senhor Deputado Miranda Calha no tocante à prevalência da Comissão de Defesa, atendendo a que está sobretudo em causa o acompanhamento de matéria da sua competência.

O Senhor Presidente recordou aspectos da Resolução n.º 85/2011, que aponta para uma composição das delegações análoga à da COSAC (6 membros de cada delegação, seja de um PN ou do PE). Considerou que há que distinguir a questão da afirmação externa da interna e que nesta fase interessa sobretudo a externa, recordando ainda estar em causa o acompanhamento da política externa e de segurança comum e da política comum de segurança e defesa.

O Senhor Presidente concluiu que, em face das intervenções produzidas, faria chegar à Senhora Presidente da Assembleia da República o total desacordo da Comissão com a proposta polaca e a estranheza pelo facto de a terem apresentado ao PE sem prévia consulta aos PN, bem como a reafirmação da posição constante da Resolução n.º 85/2011 (delegações de até 6 membros por cada PN e pelo PE) e ainda, não obstante tal não esteja em causa, a reiteração dos pontos em que já houve acordo, designadamente quanto à presidência da conferência, que cabe ao Estado-Membro que detenha a presidência rotativa da UE.

Estas conclusões foram acordadas por unanimidade, estando ausente o BE.

4. Outros assuntos.

De seguida o Senhor Presidente deu conta de estar em preparação uma visita ao Estado-Maior General das Forças Armadas, na tarde do dia 24 de janeiro, e outra à Base Naval do Alfeite, no dia 14 de fevereiro, o que mereceu o consenso dos presentes. Informou ainda haver a possibilidade de a Comissão assistir a um exercício militar que a Marinha levará a cabo em abril.

Finalmente, o Senhor Presidente informou que poderia ser necessário realizar uma reunião no dia seguinte, para audição do candidato ao Conselho de Fiscalização do



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 25/XII/ 1.ª SL

Sistema de Informações da República Portuguesa, a tempo de se proceder à respectiva votação durante o Plenário de quinta-feira. Recordou que esta audição decorrerá em conjunto com a 1.ª Comissão, havendo alguma dificuldade de agenda por parte desta, pelo que poderia excepcionalmente ser necessário agendar a audição para o início da tarde.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) afirmou não concordar com a realização de reuniões de comissões durante as sessões plenárias, que considerou ser uma prática recorrente e errada, considerando não se tratar agora de uma situação excepcional, pois a eleição em causa está para ser feita há bastante tempo e poderia aguardar mais uns dias.

A reunião foi encerrada às 16:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de dezembro de 2011.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 25/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Braga
António Filipe
Arménio Santos
Carina Oliveira
Correia de Jesus
Hélder Sousa Silva
Hugo Lopes Soares
João Gonçalves Pereira
João Rebelo
João Soares
Joaquim Ponte
José de Matos Correia
José Lello
Luís Vales
Marcos Perestrello
Miranda Calha
Mónica Ferro
Pedro do Ó Ramos
Rosa Maria Albernaz
Carlos Alberto Gonçalves
Miguel Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Mariana Aiveca
Odete João